



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



Defesa da Educação Pública e campanha salarial marcaram lutas de agosto *Pág. 12*

Entrevista: Cleier Marconsin conta a luta em defesa da Dedicção Exclusiva na Uerj
Pág. 9 e 10

Agosto: Mês marca orgulho, resistência e visibilidade lésbica
Pág. 11 e 12

Anova diretoria do ANDES-SN começa sua gestão em um momento extremamente turbulento. A violência que recai sobre nossa classe não cessa um momento sequer. Este breve mês que nos dista da posse em Campina Grande (PB) foi marcado pelas chacinas operadas pela Polícia Militar em Guarujá (SP), a morte de diversos jovens e crianças por balas perdidas – dentre as quais Eloá, de 5 anos, 15ª criança assassinada deste modo no Rio de Janeiro no último biênio – e o assassinato de mãe Bernardete Pacífico, liderança quilombola baiana, que revelam o traço racial do genocídio secular colocado em marcha pelas classes dominantes em nosso país.

Ao mesmo tempo, o debate público se colocou fortemente na denúncia quanto ao papel de agentes das Forças Armadas na manutenção da lógica de privilégios e corrupção que marca a história brasileira, expressos pelas ações do Tenente-Coronel Mauro Cid e seu pai em prol de Jair Bolsonaro e seu clã, a reavivar demanda imprescindível de que não cabe anistia ao ex-presidente, tanto por seu favorecimento privado pelo caso quanto pelos crimes praticados contra o povo brasileiro, em especial na gestão da pandemia, na lida com os

povos indígenas e nas práticas ecocidas.

Foi um mês de intensas lutas, também. Nada disso impediu que agendas importantíssimas, como a campanha salarial dos servidores públicos federais para 2024 – com um importante processo de mobilização de assembleias de base, organização de ações para pressão do Governo Federal e articulação no âmbito do Fonasefe –, a continuidade das lutas das estaduais no Paraná perdurasse e outras lutas surgissem, como a greve das estaduais do Maranhão. A CPI do MST – uma das mais oportunistas mobilizações da máquina estatal brasileira para criminalização e deslegitimação da luta social no país – vem caindo cada vez em mais descrédito. A Marcha das Margaridas coroou o mês de agosto com a tomada de Brasília por mulheres, sobretudo camponesas, em luta por melhores condições de vida. Neste mês também vimos o movimento negro realizando protestos e marchas em todo o país no dia 24 de agosto para lutar pelo fim da violência de Estado, em especial a violência policial.

Muito teremos a fazer, sendo os desafios que se prenunciam para breve imensos.

A continuidade da disputa do orçamento público se mostra urgente, tanto

no que se refere às linhas do orçamento da União para o próximo ano, com vistas a contemplar as demandas da categoria, como na continuidade do enfrentamento às políticas de austeridade inscritas no “Calabouço Fiscal” e a construção de uma reforma tributária que atenda efetivamente os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, com arrecadação progressiva e desoneração das e dos mais pobres.

A aprovação do “Calabouço Fiscal”, o anúncio do desengavetamento da contrarreforma administrativa, cristalizada na PEC 32/2020 e a intransigência do governo em realizar concessões para servidoras e servidores federais colocam a necessidade de permanente mobilização para conter os retrocessos que querem se impor sobre o serviço público, qual já foi feito – com participação decisiva do ANDES-SN – desde meados de 2020.

A Cúpula da Amazônia, tida em Belém (PA), anuncia que a agenda do Capital prevalece na lida com o desastre socioambiental que acomete, de forma desigual, a população de todo mundo.

Há muito a fazer, e o ANDES-SN tem um papel decisivo nesses embates.

Justiça aos nossos e nossas!

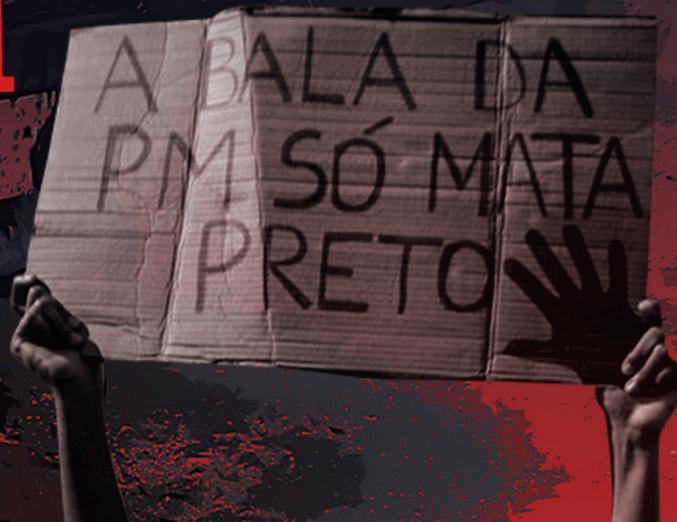
Pelo fim do genocídio do povo negro!

Sem anistia para Bolsonaro e seus assecas!

24 DE AGOSTO - JORNADA NACIONAL CONTRA A

VIOLÊNCIA POLICIAL

*Basta de violência policial.
O povo negro quer viver!*



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Docentes das universidades estaduais do Maranhão deflagram greve por tempo indeterminado



Docentes da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) entraram em greve, por tempo indeterminado, no dia 24 de agosto. O primeiro dia de paralisação teve piquete na entrada dos campi das duas universidades e reunião com representantes do governo.

Na pauta da categoria docente constam a reivindicação de recomposição integral de 50,28% - referentes às perdas acumuladas entre julho de 2012 e fevereiro de 2023 -, a nomeação de professoras e professores já aprovados em concurso público, a recomposição de R\$168 milhões remanejados do orçamento das instituições, a remuneração por titulação dos professores substitutos da Uema, vigência imediata das resoluções sobre remuneração dos docentes da Uemasul e a efetivação da autonomia das universidades estaduais.

A paralisação foi decidida em assembleia no dia 17 de agosto, diante do descaso do governo do estado frente às reivindicações da categoria. Há cinco meses, o Sindicato de Docentes das Universidades Estaduais Públicas do Maranhão (Sinduema - Seção Sindical do ANDES-SN) protocolou ofício apresentando as demandas da categoria. Desde então, têm realizado diversas atividades, reuniões com parlamentares e representantes da reitoria cobrando a abertura de negociação.

De acordo com Bruno Rogens, presidente do Sinduema SSind., a participação da categoria no primeiro dia de greve foi além da expectativa. "Houve adesão de, praticamente, 100% dos docentes nos principais campi da Uema e da Uemasul. No campus de São Luís, capital do estado, que é da Uema, nós paralisamos e fizemos um ato público na portaria da universida-

de, muito forte e participativo, com a presença de professores e estudantes e ampla cobertura da imprensa. Foi um ato muito forte e muito potente. Em Imperatriz e Açailândia [nos campi da Uemasul] também houve adesão de 100%, assim como em Balsas, campus da Uema. Tivemos ainda uma participação significativa no campus de Caxias, de Timon e Santa Inês. Há perspectiva de adesão de outros campi, que estão entrando em contato conosco. A adesão foi muito boa e está em crescente", contou.

Na tarde do dia 24, o Sinduema SSind. foi convidado a participar de uma reunião na Secretaria da Casa Civil do governo do Maranhão. Segundo Rogens, não houve qualquer resposta em relação à recomposição salarial e às outras pautas da categoria. O governo sinalizou apenas que está realizando estudos, e que não tem nenhuma contraproposta no momento. A entidade foi convidada a acompanhar as reuniões técnicas, o que foi considerado uma estratégia para postergar as negociações, enquanto o governador do estado está licenciado.

Na avaliação de Rogens, a situação impõe um desafio para a categoria, pois aponta para um processo demorado de negociação. "Houve uma repercussão muito boa, com muitos apoios de sindicatos e entidades, partidos, organizações sociais. Agora estamos diante de um desafio, porque a greve tende a se estender e vamos ter que ter muita paciência e muita força para manter a categoria mobilizada", concluiu.

Estaduais do Paraná intensificam mobilização

Docentes das sete universidades estaduais do Paraná paralisaram novamente as atividades no dia 22 de agosto, para cobrar a aprovação imediata do plano de carreira da categoria. Em Curitiba, representantes de todas as seções sindicais do ANDES-SN realizaram ato em frente à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) para cobrar do secretário Aldo Bona o compromisso assumido pelo governo, que resultou na suspensão da greve docente no último mês de junho.



Revogação do NEM e defesa da Educação Pública foram destaques nas lutas de agosto



A revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e a defesa da Educação Pública estiveram no epicentro da pauta de lutas das e dos docentes na primeira quinzena de agosto.

No dia 9, em Brasília (DF), ocorreu o Ato Nacional em Defesa da Educação Pública. Manifestantes de diversos estados do país se reuniram em frente ao Ministério da Educação (MEC), na Esplanada dos Ministérios. Além das pautas centrais, foram reivindicados o fim das intervenções e da lista tríplice, assim como a derrota do Arcabouço Fiscal.

Uma comissão representativa, com entidades ligadas à Educação, entre as quais o ANDES-SN, entregou uma pauta com as reivindicações ao secretário-executivo adjunto do MEC, Leonardo Barchini Rosa, já que o ministro Camilo Santana (PT) não recebeu a comitiva.

O representante do ministério afirmou que não é papel da pasta revogar leis, a exemplo da Lei 13.415/2017, que implementou a Reforma do Ensino Médio, mas sim do Congresso Nacional. Rosa comentou o relatório divulgado em 7 de agosto pelo MEC, após consulta pública sobre o Novo Ensino Médio, que apontou a necessidade

de enviar um projeto de lei ao Congresso.

O ANDES-SN e as demais entidades apresentaram outros pontos de pauta: como a recomposição dos orçamentos para as universidades, a defesa da Lei de Cotas, políticas de acesso e permanência estudantil, o fim da lista tríplice, a defesa da autonomia universitária, entre outros.

Francieli Rebelatto, secretária-geral do ANDES-SN, que participou da reunião, afirmou que não houve sinalização, por parte do governo, de uma revogação completa do NEM. "É fundamental que os

estudantes que estão no Ensino Básico cheguem às nossas universidades, aos nossos institutos, aos nossos Cefets. E, mais do que isso, que permaneçam também em nossas universidades. Não há como desenvolvermos ensino, pesquisa, extensão, quando não há orçamento público para o acesso e permanência dos estudantes nas nossas instituições. Reforçamos ainda a necessidade de avançarmos no processo de negociação para as nossas condições de trabalho e de vida, para o serviço





público em geral", explicou.

A diretora do Sindicato Nacional destacou a importância da construção de unidade em defesa da educação pública para derrotar o Novo Ensino Médio, que é uma pauta que unifica as entidades.

Jade Beatriz, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), contou que a revogação do NEM é uma pauta diária das e dos estudantes. "Somos de uma geração que ocupou as escolas e as ruas em defesa de uma educação pública e emancipadora. É impossível falar sobre mudanças na Educação Básica sem incluir os estudantes secundaristas brasileiros. É impossível reconstruir o país, sem antes reconstruir a escola pública. Queremos reforma, mas a reforma da quadra de esportes da nossa escola que está interditada, a reforma do laboratório que está fechado há meses. Queremos mais orçamento e investimento para a educação pública brasileira, com a valorização dos profissionais da educação", criticou.

Enquanto ocorria a reunião, estudantes, servidoras e servidores públicos, de mãos dadas, deram um abraço simbólico no prédio do MEC para pressionar pelas mudanças. Antes, ocorreu a apresentação do grupo de percussão Batalá Brasília, formado por mulheres da capital federal.

Ato na Câmara

A mobilização continuou no período da tarde com a concentração de trabalhadoras e trabalhadores em Educação, no Anexo II da Câmara dos Deputados. Parlamentares de esquerda receberam as entidades, apoiaram a mobilização e prometeram lutar pela educação pública.

Helenir Schürer, presidenta do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers-Sindicato), contou que as professoras e os professores gaúchos viajaram 36 horas de ônibus para dar o recado ao MEC. "Nós viemos com oito ônibus do Rio Grande do Sul para que o MEC e o Congresso Nacional saibam que estamos aqui para lembrá-los que nós elegemos um projeto que valoriza a educação pública e os trabalhadores em educação. O Novo Ensino Médio, no seu bojo, impossibilita o aluno de escola pública acessar a universidade. Nós estamos aqui para dizer: revoga o NEM", ressaltou.

Gisvaldo Oliveira da Silva, 3º tesoureiro e da coordenação do Setor das Iles/Imes do ANDES-SN, fez duras críticas ao NEM. "O Novo Ensino Médio é um projeto que aponta para uma formação aligeirada da juventude brasileira, sobretudo, preta e pobre, que vive nas periferias de norte a sul desse país. É um projeto voltado para o mercado. Se esse projeto não for revogado, porque não há o que emendar nesse projeto, o governo estará implementando uma política na contramão daquilo que as entidades, os movimentos e classe trabalhadora historicamente defendem", criticou.

Dia da e do Estudante

No dia 11 de agosto, Dia da e do Estudante, milhares de estudantes saíram às ruas de todo o país em defesa do Orçamento para a Educação e revogação do Novo Ensino Médio. O governo federal bloqueou, no início do mês, R\$ 1,5 bilhão do Orçamento de 2023. Destes, R\$ 333 milhões eram recursos previstos para a Educação. As e os estudantes denunciaram a situação das universidades, institutos e cefets que se agravou com a crise orçamentária.

"Revoguinho"

A partir do resultado da consulta pública sobre o NEM, realizada desde março, com pouca transparência e sem auditoria, o Ministério da Educação preparou uma proposta prévia de alteração da lei atual. Alguns pontos foram tidos como frutos da mobilização, como a ampliação da carga horária de 1.800 para 2.400 horas da base curricular, ou seja, de 60% para 80% das 3 mil horas previstas nos três anos de estudo. Outros foram considerado um atraso, como a regulamentação do "notório saber", vinculação obrigatória das questões de currículo por área e da própria Base Nacional Comum de formação de professoras e professores.

Até o dia 21, o MEC afirmou que receberia observações das entidades do Setor da Educação para concluir a proposta do projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso Nacional, para modificar a lei atual nº 13.415/2017.

Na capital federal, as e os manifestantes se reuniram no Museu da República e seguiram em direção ao Ministério da Educação entoando palavras de ordem: "Um, dois, três, quatro, cinco mil, revoga a reforma ou paramos o Brasil"! A manifestação foi organizada pelo movimento estudantil, com o apoio do ANDES-SN e outras entidades do setor da Educação. Além do Distrito Federal, os atos também ocorreram em diversos estados brasileiros.

Josevaldo Cunha, 2º vice-presidente da Regional Nordeste II do ANDES-SN, ressaltou a importância da mobilização contra o NEM e o bloqueio orçamentário na Educação. "O ANDES-SN reivindica a luta, a defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis e se alia de forma ampla, geral e irrestrita a todas e todos estudantes desse país que queiram, junto com o Sindicato Nacional, com as demais entidades da Educação e com os movimentos sociais, garantir com que não haja nenhum corte a mais na educação pública. Precisamos dialogar com a sociedade brasileira porque com o Arcabouço Fiscal não há verba para a educação pública", afirmou.

Arcabouço fiscal substitui teto de gastos, e também limita orçamento de áreas sociais

A Câmara dos Deputados concluiu no final de agosto (22) a votação do projeto do Arcabouço Fiscal (PLP 93/23). Na sessão do Plenário, foram aprovadas três emendas do Senado ao novo regime fiscal, que substitui o teto de gastos, mas impõe novo limite às despesas discricionárias e investimentos sociais. A proposta, considerada pelo ANDES-SN um “calabouço fiscal” foi enviada à sanção presidencial.

Foi deixado de fora do limite de despesas do Poder Executivo os gastos com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No entanto, no texto final, as deputadas e os deputados vetaram a mudança do Senado que também excluía do limite de despesas da União os recursos destinados para ciência, tecnologia e inovação. Com isso, a medida também dificultará aportes para pesquisa, desenvolvimento e produção de conhecimento.

As regras aprovadas dificultarão a ampliação do orçamento para Educação, Saúde, Assistência e de

outras áreas prioritárias, pois impõem limites e, ainda, privilegiam o pagamento da dívida pública em detrimento do investimento de recursos em políticas sociais, assim como fazia a Emenda Constitucional 95.

De acordo com o texto, a meta é manter as despesas abaixo das receitas a cada ano e, se houver sobras, elas deverão ser usadas apenas em investimentos, buscando trajetória de sustentabilidade da dívida pública.

Assim, a cada ano haverá limites para a despesa primária, os quais serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e também por um percentual do quanto cresceu a receita primária descontada a inflação.

Se o patamar mínimo para a meta de resultado primário, a ser fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não for atingido, o governo deverá, obrigatoriamente, adotar medidas de contenção de despesas.

Entre as medidas de contenção de despesas estão previstas: a proibição de reajuste ou adequação de remuneração de servidore(a)s, alterações nas carreiras que gerem impacto orçamentário e realização de concursos públicos, a não ser

para reposição de vacâncias. Há ainda outras medidas que devem ter impacto direto nas condições de trabalho de servidoras e servidores e dos serviços públicos prestados à população.

A variação real dos limites de despesa primária, a partir de 2024, será cumulativa da seguinte forma: 70% da variação real da receita, caso seja cumprida a meta de resultado primário do ano anterior ao de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA); ou 50% do crescimento da despesa, se houver descumprimento da meta de resultado primário nesse mesmo ano de referência.

A votação do Arcabouço Fiscal e o novo teto imposto pelo projeto eram alguns dos entraves às negociações por recomposição das perdas salariais e reestruturação das carreiras do funcionalismo federal com o governo. Durante as rodadas de negociação o governo chegou a explicitamente condicionar a apresentação de qualquer proposta de índice de reajuste à aprovação do “Calabouço Fiscal”.

Negocia, governo!

Mesmo após conseguir aprovar o Arcabouço Fiscal, o governo federal

Punições previstas no

Arcabouço Fiscal

Se o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência social) não cumprir a meta de resultado primário em um exercício, no ano seguinte terá de adotar medidas de contenção de despesas. Ficará vedado:



- criar cargo, emprego ou função com aumento de despesa;
 - alterar estrutura de carreira com aumento de despesa;
 - criar ou aumentar auxílios, vantagens, bônus, abonos e outras verbas de servidores civis ou militares ou membros de poder, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado;
 - criar despesa obrigatória;
 - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação;
 - criar ou expandir programas e linhas de financiamento ou refinar dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;
 - e conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária.
- Caso haja descumprimento da meta pelo segundo ano consecutivo, além dessas medidas outras também deverão ser aplicadas, proibindo-se:
- a concessão de aumento ou reajuste de salário a servidores civis ou militares ou a membros de poder, exceto os derivados de sentença judicial transitada em julgado ou previstos em lei anterior ao início da restrição;
 - a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, exceto para repor cargos de chefia e direção, para suprir cargos vagos ou para contratos temporários; e
 - a realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias.



segue postergando as negociações com as servidoras e os servidores federais. Na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, realizada em 29 de agosto, o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação, José Lopez Feijóo, sinalizou que há somente cerca de R\$ 1,5 bilhão reservado no orçamento do próximo ano para o funcionalismo federal.

Os recursos poderão ser usados para reestruturação das carreiras, equiparação dos auxílios entre os Poderes e reajuste salarial, por exemplo. Caso seja utilizado unicamente para reajuste linear, o montante representará percentual menor que 1% de reajuste.

Para o ANDES-SN, a proposta é ex-

tremamente rebaixada e não aponta para uma possibilidade mínima de recomposição das perdas salariais acumuladas pela categoria docente ao longo dos anos. "Infelizmente, não foi apresentado nem um índice de recomposição salarial, nem uma proposta relacionada à equiparação de benefícios. O que o governo apresentou é que foi feito apenas, até agora, uma reserva no valor de R\$ 1,5 bilhão para tratar de toda a temática relacionada aos servidores públicos. Isso inclui carreiras, equiparação de benefícios e recomposição salarial. Ou seja, concretamente nós não temos nenhuma proposta de recomposição salarial. Esta é a realidade", afirma Lucia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN.

De acordo com a diretora do ANDES-SN, o governo não se comprometeu com uma nova data de reunião e sinalizou apenas apresentar uma agenda para a próxima semana. Há previsão de que devam ser instaladas as primeiras mesas setoriais, a partir do dia 4 de setembro.

Segundo Lucia, que representou o ANDES-SN nesta terça-feira (29) na MNNP, não há previsão de mesa setorial para tratar as carreiras docentes do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). "Isso exige de nós uma pressão, uma capacidade de mobilização maior. A construção desta mobilização está sendo um ponto consensual entre todas as entidades do funcionalismo público, que saíram indignadas com essa proposta apresentada pelo governo. Reforçamos o calendário de mobilização, dando continuidade à nossa jornada de lutas, com ato público aqui em Brasília nesta quarta, dia 30, e fazer uma reunião na sexta-feira, com todas as entidades sindicais", comentou.

O ANDES-SN reiterou, na segunda-feira (28), a solicitação junto ao Ministério da Educação de audiência com o MEC para instalação de mesa setorial, para discussão das reivindicações da categoria docente sem impacto orçamentário.



Entenda como foram feitos os cálculos do índice apresentado ao governo

Qual a perda salarial dos últimos 13 anos das servidoras e dos servidores federais?

A última campanha salarial do Fonasefe reivindicou 26,94% de reajuste emergencial, ou seja, lutar apenas pelas perdas salariais acumuladas durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

Foram conquistados 9% de reajuste salarial emergencial e aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação.

No ato de assinatura do acordo, as entidades sindicais firmaram posição de que na próxima negociação seriam consideradas também as perdas históricas, isto é, com base nos últimos 13 anos.

Campanha Salarial 2024

Em julho, Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais protocolaram a pauta de reivindicação por reajuste salarial, equiparação de benefícios do Poder Executivo com os demais Poderes e o "Revogação".

O que foi considerado para fazer os cálculos do índice de reajuste salarial?

Índice: IPCA

Período: julho de 2010 a junho de 2023

Inflação do período: 114,10%

Servidoras(es) foram divididos em dois blocos, conforme os ganhos no período.

Como os cálculos foram feitos?

Bloco 1		
¹ 114,10%	² 2013 (5%), 2014 (5%), 2015 (5%), 2016 (5,5%), 2017 (5%) e 2023 (9%)	³ 53,17%
¹ Perda inflacionária do período – ² Reajustes recebidos no período = ³ Índice de reajuste*		

* O cálculo não é uma subtração simples, pois é preciso considerar a aplicação do reajuste e da inflação ano a ano

Bloco 2		
¹ 114,10%	² 2013 (5%), 2014 (5%), 2015 (5%), 2016 (5,5%), 2017 (5%), 2018 (4,75%), 2019 (4,5%) e 2023 (9%)	³ 39,93%
¹ Perda inflacionária do período – ² Reajustes recebidos no período = ³ Índice de reajuste*		

* O cálculo não é uma subtração simples, pois é preciso considerar a aplicação do reajuste e da inflação ano a ano

Conforme estudo do Dieese, docentes das Instituições Federais de Ensino estão mais próximos do Bloco 2. Ou seja, 39,92% de recomposição salarial.

“Rejeitamos a ideia de **voltarmos a ser a única universidade pública do Brasil** que não possui este Regime de Trabalho [DE]”, Cleier Marconsin, da Uerj



Há mais de 30 anos, as e os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) pleiteiam a efetivação do regime de trabalho com dedicação exclusiva (DE). Neste mês de agosto, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou a constitucionalidade da Lei 8267/18, que assegurou o direito ao regime às servidoras e aos servidores públicos da instituição.

Em entrevista ao InformANDES em 18 de agosto, Cleier Marconsin, de 71 anos, professora aposentada da Faculdade de Serviço Social da Uerj e pesquisadora do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social, conta um pouco desta luta histórica do movimento docente pela conquista da DE como direito assegurado.

InformANDES: Há mais de 30 anos, as e os docentes da Uerj lutam pela efetivação do regime de trabalho com dedicação exclusiva, previsto em resolução

da Uerj de 1991. Como foi esse percurso até a conquista da Lei 8267/2018?

Cleier Marconsin: Foi um longo e trabalhoso percurso, que nos exigiu, e exige ainda, muita luta. A Resolução 03/91, aprovada pelo Conselho Universitário da Uerj (Consun/Uerj), estabeleceu a Dedicação Exclusiva como Regime de Trabalho a ser regulamentado em deliberação pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEPE/Uerj). Quatro anos depois, foi aprovado pelo CSEPE/Uerj, na Deliberação 01/95, que a Dedicação Exclusiva na Uerj seria realizada em sistema de bolsa, com vagas limitadas, com seletividade e só para doutores e doutoras – através do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência). Ou seja, o denominado Regime de Trabalho na Resolução 03/91 não foi concretizado.

InformANDES: Qual foi a reação da categoria e da

Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj – Seção Sindical do ANDES-SN)?

CM: Essa situação nunca foi aceita pelas sucessivas direções Asduerj SSind. Em 2006, a direção da seção sindical constituiu uma Comissão voltada para estudar e propor um Plano de Carreira, mais avançado, em que estaria incluída a Dedicação Exclusiva como um dos Regimes de Trabalho, o que foi aprovado em 2007, pelo Conselho Universitário e enviado ao governo do estado do Rio de Janeiro. Em 2008, em decorrência de nossa greve, a Lei 5.343/2008 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) trazendo, no Plano de Carreira Docente, três Regimes de Trabalho: 20 horas, 40 horas e 40 horas com Dedicação Exclusiva. O Prociência integrou a Lei, em separado, como bolsa Produtividade. Portanto, a Dedicação Exclusiva, na Uerj, como um sistema de bolsa, existente desde 1995, como apontamos acima, estava superado. A

referida Lei estabelecia o ano de 2011 como a data final para a implantação do Plano de Carreira Docente, estabelecendo que, após isso, o Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE), a ser aprovado nos Conselhos Superiores da Universidade, seria encaminhado ao governo, pela Reitoria, para ser votado em lei própria. Para isso, a Asduerj SSind. organizou uma comissão para construir uma proposta de Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE) e promoveu debates com a categoria. Após isto, encaminhou uma proposta à Reitoria para ser votada nos Conselhos Superiores, sendo aprovada em 2011.

Em 2012, como o governo não encaminhou o Projeto de Lei relativo à questão para votação na Alerj, uma nova luta foi organizada e dirigida pela Asduerj SSind. e a categoria docente aprovou uma greve. Com a greve, a Lei 6328/2012 foi votada na Alerj. Mas em total discordância com o que a categoria docente defendia e com o que fora aprovado nos Conselhos Superiores da Uerj, a remuneração foi estabelecida como um “Adicional de Dedicção Exclusiva”, impedindo, então, de vir a ser Regime de Trabalho. Para corrigir o erro, a Asduerj SSind. elaborou, junto à categoria docente, uma proposta de extinção do Adicional de Dedicção Exclusiva, inserindo a remuneração da Dedicção Exclusiva no vencimento base, sendo aprovada no Conselho Universitário da Uerj. Em 2018, a proposta foi encaminhada ao governo do Rio de Janeiro, e a Lei 8.267/2018 foi aprovada pela Alerj. Efetivou-se, assim, na Uerj, como era proposta do movimento docente desde a década de 1990, o RTTIDE.

InformANDES: Antes de 2018, a Dedicção Exclusiva não era um direito assegurado, mas era paga como um adicional. Como esse adicional impactou a re-

muneração das e dos docentes aposentados?

CM: A remuneração, na Lei 6328/2012, foi definida, de forma arbitrária, como um “Adicional de Dedicção Exclusiva”, o que não se integrava ao Vencimento Base. E mais, embora a Lei determinasse a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor do Adicional, como não integrava o Vencimento Base, não era pago nos proventos das servidoras e dos servidores docentes. Constituía um erro grave, provocando perdas graves às servidoras e aos servidores. [Ao aposentar] Perdiam, por exemplo, 65% dos vencimentos, percentual referente ao que se recebia como Dedicção Exclusiva quando em atividade. Daí a luta pela aprovação da Dedicção Exclusiva como Regime de Trabalho, a ser recebido no Vencimento Base, conquistada na Lei 8.267/2018.

InformANDES: O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) irá julgar, ainda neste mês de agosto, a constitucionalidade da Lei 8267/18. Como se deu esse questionamento da lei?

CM: O julgamento se refere a uma representação de inconstitucionalidade interposta, em 2019, pelo então governador Wilson Witzel [que sofreu impeachment, posteriormente, por corrupção]. A esta Lei foi conferida a responsabilidade pelo governo estar infringindo o primeiro Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com a acusação de aumentar despesas. Mas essa acusação de aumento de despesas não procede, porque a Lei 8.267/18 não aumenta o valor da folha, uma vez que a Dedicção Exclusiva já era paga como Adicional e, seu valor, ao constar do vencimento base de docentes adeptos do Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE), sofre

desconto da contribuição previdenciária, da mesma forma como ocorria com o extinto Adicional. Inclusive, o caput do art. 49 da referida Lei estabelece que o valor referente ao RTTIDE não incidiria nos triênios e periculosidade até o fim da vigência do primeiro RFF instituído pela Lei Complementar Federal 159/2017 e pela Lei Estadual 76291/2017. Embora a liminar de suspensão imediata do pagamento pedida pelo governador não tenha sido aceita pelo desembargador relator do processo, a Lei encontra-se em julgamento em termos do mérito. Na primeira votação do TJRJ, em julho, tivemos quatro votos favoráveis à constitucionalidade da Lei e dois votos que a consideram inconstitucional, sendo, um deles, do desembargador relator do processo. Foi feito um pedido de vista por um desembargador, sendo pautada continuidade da votação ainda em agosto de 2023.

InformANDES: E quais são as expectativas para esse julgamento?

CM: É muito complexo falarmos das expectativas, porque, nos últimos anos, vivemos muitos ataques aos direitos da classe trabalhadora, em todos os sentidos. A Asduerj SSind. tem realizado ações diferentes em defesa da Constitucionalidade da lei, seja na universidade, no Conselho Superior, na Alerj - que é ré do processo - nas ruas, e tem recebido apoio de diferentes seções sindicais do ANDES-SN e do próprio Sindicato Nacional. Esperamos pela aprovação da constitucionalidade da Lei que aprovou o Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva, conquista do movimento docente, representado pela Asduerj SSind. Rejeitamos a ideia de voltarmos a ser a única universidade pública do Brasil que não possui este Regime de Trabalho.



Vitória!

No dia 28 de agosto, a categoria docente da Uerj conquistou a constitucionalidade da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho dos e das docentes da universidade. A decisão do órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) considerou improcedente a Representação de Inconstitucionalidade movida pelo ex-governador Wilson Witzel contra a Lei 8267/2018, que passou a remunerar este Regime de Trabalho no vencimento-base. Antes da lei, a Dedicção Exclusiva não era direito assegurado, mas era paga como um adicional, o que acabou prejudicando a aposentadoria de muitas professoras e muitos professores.

Agosto: Mês da **resistência lésbica**

29 de agosto - Dia Nacional da

VISIBILIDADE LÉSBICA



A data 29 de agosto marca o Dia da Visibilidade Lésbica, instituído em referência ao primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), ocorrido em 1996, no Rio de Janeiro. E encerra o calendário de datas do mês voltado para lembrar a existência, a luta e a resistência das mulheres lésbicas.

Também em agosto, em 19, é celebrado o dia do Orgulho Lésbico, que relembra o Levante do Ferro's Bar, em São Paulo, em 1983, conhecido como o Stonewall brasileiro. Lideradas por Rosely Roth, as lésbicas, com o apoio de organizações de direitos humanos e do movimento negro e feminista, ocuparam o bar para denunciar a censura, a perseguição e a violência policial contra lésbicas.

“Esse dia faz parte de um processo de amadurecimento das mulheres lésbicas como sujeitos de sua história, como sujeitos políticos que reivindicam existir, que reivindicam serem vistas na sua particularidade, na sua diversidade e na sua condição de mulher que ama mulher. Esse não é um processo simples, nem fácil dentro de uma sociedade machista, patriarcal. Se construir como mulher não é fácil, e se construir como mulher lésbica também é um desafio, frente a tantas opressões que a gente vivencia cotidianamente, para seguir um padrão, para seguir sendo subalterna, e romper com tudo isso é muito transgressor dessa ordem que a gente vive. Por isso, a importância de permanecer em luta, de permanecer construindo resistências. O Dia da Visibilidade é mais um passo nessa importante luta, nesse importante caminhar contra a ordem”,

explica Rivânia Moura, primeira presidenta lésbica do ANDES-SN.

Para Gabrielle Weber Martins, 1ª secretária da Regional São Paulo do ANDES-SN, o desafio também começa no ser mulher em espaços majoritariamente masculinizados e heteronormativos, que, apesar dos avanços, ainda é extremamente opressor. “Quando a gente fala de mulheres lésbicas, a gente não pode esquecer que, primeiro, está falando de mulheres. E toda mulher, em uma estrutura hierárquica, enfrenta os problemas associados ao machismo e à misoginia. A gente, como mulher, vai enfrentar essas questões dos homens sempre tentarem falar por cima da gente, a questão das homensplicações, a questão de a gente não ter as nossas vozes e espaços respeitadas. Em segundo lugar, temos a questão sexista dentro do próprio coletivo das mulheres, porque, às vezes, as mulheres não enxergam as mulheres lésbicas como iguais. E essa

visão de a mulher que é temida, às vezes até aquele olhar estranho de você não pertence ao coletivo das mulheres é uma coisa que pega um pouco”, detalha.

A diretora do ANDES-SN conta ainda que na sua vivência de travesti, essa questão do pertencimento aos espaços se faz ainda mais forte. “Isso vai se sobrepor ainda mais à essa percepção de invasora. Porque, junta com o que os movimentos conservadores e apoiados pela extrema direita estão tentando colocar os corpos de mulheres trans e travestis como homens invasores. E, você ainda coloca o aspecto de eu ser lésbica, eu sou vista como realmente um homem que está adentrando espaços femininos para abusar. Isso é uma coisa que incomoda bastante e que pega muito pesado, porque mesmo as pessoas que se julgam aliadas, às vezes têm essa noção e ficam com aquela pergunta, mas por que que você transicionou se você gosta de mulheres?”



Edivania Santos Alves, ex-presidenta da Adufpa SSind.

Então, tem essa sobreposição que não é nem um pouco trivial e eu não consigo separar, porque é uma opressão que vai me afetar por ser uma mulher trans lésbica”, comenta.

Somado a esses desafios está o fato de a formação da sociedade brasileira ser marcada, efetivamente, pelo cristianismo, mais especificamente pelo catolicismo, que legou uma tradição cisheteronormativa, de papéis sociais a serem cumpridos, acrescenta a professora Edivania Santos Alves, ex-presidenta da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa Ssind.). Para ela, romper essa ideia e demarcar que as identidades e as manifestações corpóreas e não corpóreas vão para muito além da binariedade, ainda é um desafio.

A docente destaca, porém, que as universidades, os institutos federais e cefets, apesar de não estarem isolados e dialogarem com a sociedade, são espaços privilegiados por serem ambientes da crítica, da reflexão que, por exigência e por natureza, permitem exatamente que as pessoas questionem. Isso favorece o avanço no debate sobre a diversidade e concepção de gênero também no movimento docente.

Já Gabrielle ressalta que, embora veja com bons olhos a questão da representatividade no ANDES-SN com o aumento da presença feminina em cargos de poder e em cargos decisórios, isso, para ela, ainda não se reflete de forma representativa nos espaços acadêmicos, de uma forma geral. “Talvez demore um pouco para termos grandes lideranças lésbicas, mas o que a gente pode começar a ver é esse tipo de questionamento, esse tipo de representatividade aparecer



Gabrielle Martins, diretora do ANDES-SN

nos cartazes, nas fotos, e a gente mostrar a pluralidade do movimento”, acrescenta.

Visibilidade no movimento sindical

No 38º Congresso do Sindicato Nacional foi aprovado um dia nacional de combate à LGBTQIAP+fobia nas universidades, institutos federais e Cefet. Além disso, docentes que fazem parte da comunidade têm debatido políticas públicas dentro das instituições e do próprio Sindicato Nacional, através do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). Contudo, as três professoras reforçam a necessidade de aprofundar o debate para além dos espaços específicos, compreendendo a diversidade da classe trabalhadora e da categoria docente.

“Acredito que o ANDES-SN tenha avançado por meio do GT, mas também pela própria concepção de que o movimento sindical precisa incorporar essas lutas, não de forma fragmentada,

mas de forma a compreender que o Sindicato pode e deve atuar também nessas frentes de combate às opressões e de respeito à diversidade humana”, ressalta Rivânia.

A ex-presidenta do ANDES-SN afirma que a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e orientação sexual é fundamental para compreender a diversidade que compõe o conjunto da classe e que essas lutas não podem se dar de forma separada. “A pauta LGBTQIAP+ que tem se aprofundado nas discussões dentro do nosso sindicato, ela precisa ser incorporada, de fato, dentro dessa perspectiva de classe. A classe como o fio condutor das lutas, mas uma classe que não é abstrata, ela é concreta e essa concretude traz a diversidade, traz as opressões, traz as formas diferentes da exploração capitalista dentro desse sistema que a gente vivencia”, afirma.

Edivania concorda ser fundamental não perder o viés classista desse debate. “Nós não estamos falando de quaisquer homens e mulheres, quaisquer corpos. Nossa defesa não é apenas das professoras e dos professores, é também daqueles e daquelas que, na sociedade de modo geral, sofrem com muito mais, de uma forma muito mais agressiva, essas violências. São marcadores que vão se somando, essas identidades se somam nos nossos corpos. Nesse sentido, eu penso que só temos a avançar, não podemos retroceder, precisamos tornar isso algo cotidiano, em todas as nossas atividades, das nossas sessões sindicais e do nosso Sindicato Nacional. Isso não pode ser tratado apenas em momentos específicos, isso deve nortear a nossa prática”, acrescenta a docente da Ufpa.



Rivânia Moura, ex-presidenta do ANDES-SN